

EM RAIS

como relevante. “As razões apontadas como mais relevantes para a escolha da área de residência estão sobretudo relacionadas com factores de proximidade ao local de trabalho (32,6%) e ao centro da cidade, vila ou freguesia (32,3%).

82% não previne

Apesar de 46,4% dos inquiridos assegurarem já ter sido afectados por algum tipo de catástrofe, a 82%, não tomou qualquer medida para prevenir que a sua residência fosse atingida por algum fenómeno natural no último ano. A investigação mostra ainda que grande parte (56%) dos insulares colocados perante a eventualidade de um perigo abandonaria a sua habitação por iniciativa própria, 31% apenas com a recomendação das autoridades, 9,9% apenas por exigência das autoridades e uma percentagem muito pequena (3,1%) afirmou que enfrentaria o perigo.

No que toca à avaliação das entidades competentes no terreno em caso de catástrofe, os inquiridos pouco têm a dizer e fazem um balanço positivo. Porém quando toca à prevenção têm uma avaliação mais baixa. “Uma larga maioria dos inquiridos

deposita maior confiança no apoio por parte dos vizinhos, amigos e familiares (88,5%)” no que toca à ajuda. “Num segundo plano, surgiram referidos os diferentes agentes de protecção civil, Bombeiros (75,8%), Serviços de Emergência Médica (49%), Serviço Regional de Protecção Civil (42,7%) e Forças de Segurança (42,4%).

Ilídio Sousa

autor de ‘A comunicação do risco na minimização de desastres naturais na Região Autónoma da Madeira’

Na conclusão da tese deixa o caminho aberto a que se investigue mais. Mas há também um apelo às entidades oficiais para que comuniquem melhor o risco? Este trabalho foi apresentado há quase um ano e muito foi trilhado desde então na comunicação de riscos. No entanto, acho que o que a investigação mostra é que há uma necessidade de maior convergência nas entidades que comunicam riscos e é isso que sugiro com o esquema apresentado. O que há é uma proliferação de intervenções pontuais, das diferentes secretarias, mas uma estratégia combinada terá uma eficácia maior.

Ficou surpreendido com o número de eventos, mais de 500 em cem anos? Não, não me sur-

preendeu e penso que não surpreenderá nenhum madeirense. As pessoas sabem que o que afecta mais a Região são os aluviões e movimentos de massas, que há todos os anos.

A maioria conhece problemas, mas pouco faz para prevenir? Esse é o desafio, as pessoas estão conscientes dos riscos, conhecem os problemas, conhecem bem as entidades de Protecção Civil, mas 82% nada fizeram no último ano para proteger as suas casas. E é aqui que é preciso intervir, mudar esta mentalidade, mas para isso é preciso que a mensagem chegue às pessoas e que a comunidade se envolva. O modelo que proponho não é novo, é internacional e penso que podia ser aplicado na Região com sucesso.



PRAÇA DO POVO

paisagística” naquele terrapleno e, entre as intervenções efectuadas na marginal do Funchal depois do temporal, surgiu a agora denominada ‘Praça do Povo’, no espaço em frente à Assembleia Legislativa da Madeira.

Uma informação divulgada pelo executivo madeirense salienta que “a restante área, como extensão da zona de lazer da Avenida do Mar e usos múltiplos, tem generosos espaços verdes, com zonas de estadia e percursos pedonais rodeados por plantações”, abre agora só parcialmente, porque ainda decorre a construção de um cais para navios de cruzeiro, que deve ficar concluído na primavera de 2015. O novo cais terá 300 metros e re-

presenta um investimento de 17,8 milhões de euros, da responsabilidade da Administração dos Portos da Madeira.

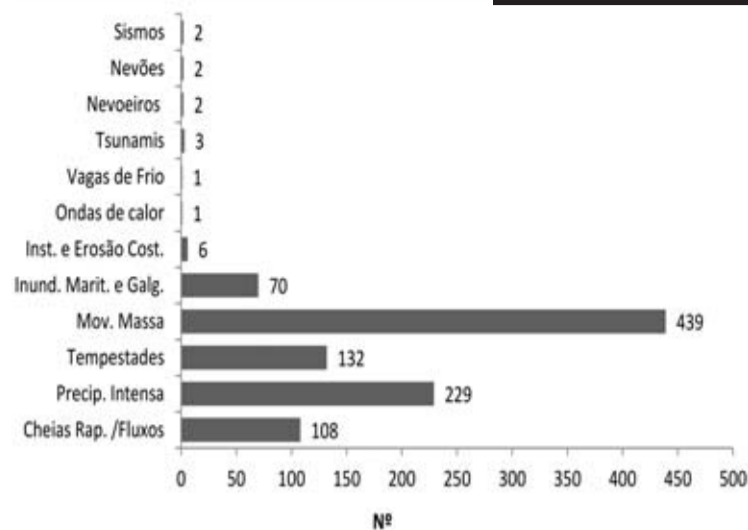
A obra que Alberto João Jardim vai inaugurar é a terceira fase da intervenção nos troços terminais das Ribeiras de João Gomes e Santa Luzia, que tem um custo total de 81.866.393 euros, sendo de 77.476.113 euros o valor de despesas elegíveis e uma taxa de comparticipação comunitária de 85%. Desde o início que este aterro de inertes do temporal gerou muita polémica e críticas de vários partidos e ambientalistas, tendo sido palco para um cordão humano em fevereiro de 2011 e o projecto sido chumbado pela câmara do Fun-

chal, então liderada por Miguel Albuquerque (PSD).

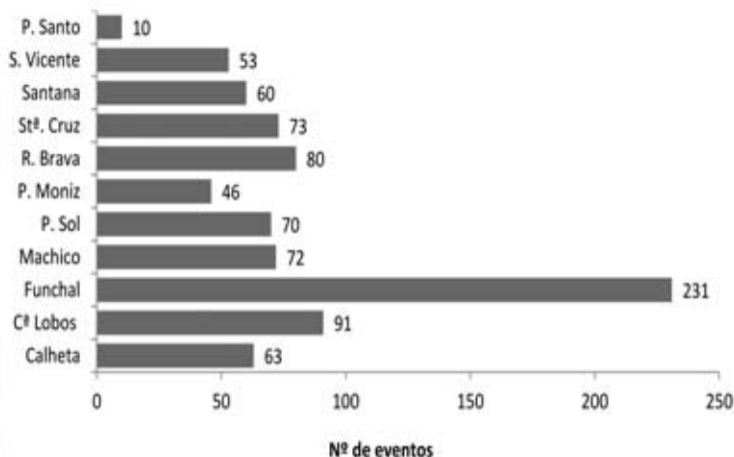
A autarquia sugeriu que o material depositado no aterro fosse utilizado na ampliação de 400 metros do actual porto da cidade e as críticas da vereação estiveram na origem da expulsão do partido do então vereador do Ambiente, Henrique Costa Neves, que considerou o projecto “um fiasco” e um “desperdício de dinheiro” unir as fozes das ribeiras. Alberto João Jardim assegurou, então, que este projecto avançaria “gritasse quem gritasse”.

www.dnoticias.pt
ACEDA AO ESPAÇO MULTIMÉDIA
E VEJA UM VÍDEO DA NOVA
FRENTE-MAR NO FUNCHAL

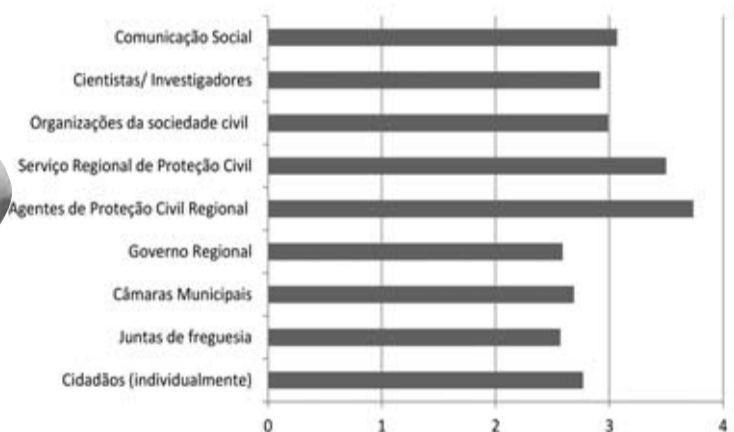
QUADROS



Número de manifestações dos diferentes fenómenos/processos de perigosidade natural, no total de eventos com danos registados na R.A.M (1900-2013).



Distribuição geográfica no número de eventos com danos pelos concelhos da R.A.M, entre 1900-2013.



Avaliação média do desempenho de diferentes intervenientes na gestão do risco (Escala de Likert de 1 = Mau a 4 = Bom)



Expectativa face ao apoio em situação de emergência por parte das diferentes entidades.